

# Nota de apresentação do texto *SOBRE A POSSIBILIDADE DA FILOSOFIA COMO CIÊNCIA RIGOROSA,* de Karl Leonhard Reinhold

Ricardo Barbosa  
UERJ

Como transitou em pouco tempo de sua *Elementarphilosophie à Wissenschaftslehre* de Fichte, e desta ao realismo lógico de Bardilli, o qual, porém, logo começaria a criticar, Karl Leonhard Reinhold (1757-1823) passou à história da filosofia com a triste fama de invertebrado. Sua influência não resistiu à ascensão de Fichte e à de Schelling; mas, enquanto durou, foi determinante para o destino da filosofia pós-kantiana: em sua busca da filosofia como ciência rigorosa, Reinhold deu o tom segundo o qual os que lhe sucederam afinaram suas primeiras obras.

Estimulado pelo êxito de suas *Cartas sobre a filosofia kantiana* (1786-87), que lhe rendeu uma cátedra especial na Universidade de Jena destinada ao desenvolvimento do idealismo transcendental, já convencido de que a *Crítica da razão pura* valia tanto quanto pesava – e isto pelas palavras do próprio autor, que a apresentara como “a propedêutica ao sistema da razão” (A 11, B 25), e não como o sistema mesmo –, Reinhold se pôs a refazer, por conta própria, o caminho crítico recém aberto por Kant. Embora tivesse ao menos esboçado aquele sistema ao final da primeira *Crítica*, como se lê no capítulo sobre “A arquitetônica da razão pura”, e na in-

trodução da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant ainda não havia dado por encerrado o “trabalho crítico”. Mesmo assim, Reinhold pensava que ele não fora suficientemente penetrante e que era preciso retomar o problema crítico a partir de sua raiz, ainda intocada. Em outras palavras, o que faltaria para a consumação do “sistema da razão” seria a clara formulação de um *princípio supremo* como o princípio mesmo de sua arquitetônica. Para Reinhold, *filosofia como ciência rigorosa* significava: filosofia a partir de *um único* princípio, um *primeiro* princípio, o fundamento *incondicionado* de todo o saber humano. Com esta exigência, Reinhold terminou por estabelecer a *problemática originária* do chamado “idealismo alemão” e determinou a direção dos debates filosóficos na Alemanha por quase uma década.

Para Reinhold, Kant analisara a razão distinguindo entre as diferentes *espécies* de representações e as suas fontes: as representações sensíveis, provenientes da sensibilidade; as representações conceituais, provenientes do entendimento e as representações racionais (as idéias), provenientes da razão. Pois bem, Kant distinguiu entre as *espécies* de representações e as suas fontes, mas não se detivera na representação em geral, no *gênero*. E por não ter investigado a simples faculdade humana de representação como tal, não descobrira o princípio unificante da razão enquanto a faculdade de conhecimento como um todo. Para sanar este *déficit*, assim pensava Reinhold, seria preciso uma teoria da faculdade de representação.

Reinhold dedicou-se a esta tarefa e publicou em 1789 o *Ensaio de uma nova teoria da faculdade humana de representação*. Nesta obra, ele formulou pela primeira vez a chamada *proposição da consciência* (*Satz des Bewußtseins*) como a expressão imediata e universalmente válida do *fato* (*Thatsache* ou *Faktum*) da consciência. Ela diz: na consciência, a representação é distinguida do sujeito e do objeto, sendo referida a ambos pelo sujeito. No entanto, esta proposição só seria alçada à condição de proposição fundamental (*Grundsatz*) nos escritos seguintes de Reinhold, logo reunidos em dois volumes e sob um mesmo título: *Contribuições para a retificação dos mal-entendidos ocorridos até agora entre os filósofos*.<sup>1</sup> A proposição da consciência foi então explicitamente apresentada como a proposição fundamental, o ponto arquimediano do que Reinhold

1 *Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen*. No primeiro volume (1790), ensaios sobre “o fundamento da filosofia elementar”; no segundo (1792), sobre “os fundamentos do saber filosófico, da metafísica, da moral, da religião moral e da doutrina do gosto”, como se lê em seus respectivos subtítulos.

agora chamaria de “filosofia elementar” – *Elementarphilosophie*, ou seja, *prima philosophia*. Ele a definiu como “o único sistema dos princípios possível, sobre o qual tem de ser erguida a filosofia tanto teórica quanto prática, tanto formal quanto material”,<sup>2</sup> ou simplesmente como “uma ciência dos princípios comuns a todas as ciências filosóficas particulares”.<sup>3</sup> Eis porque, à maneira de Kant, para quem a *Crítica* continha a “metafísica da metafísica”, Reinhold propunha uma “filosofia da filosofia”<sup>4</sup> ou – como que antevendo a entrada em cena de Fichte – uma “ciência das ciências”<sup>5</sup>.

Vienense emigrado, ex-barnabita convertido tardiamente à igreja reformada, Reinhold lutou pela “Reformazion der Philosophie”<sup>6</sup> colocando seu fino talento argumentativo e uma oratória vibrante a serviço de uma fé cristã esclarecida pelo espírito da crítica. Em suma, o impulso determinante em sua tentativa de fazer da filosofia uma ciência rigorosa, derivada de um único princípio, foi antes de tudo *prático*. Que se pense no *Ensaio de uma nova teoria da faculdade humana de representação*. As proposições do Livro I, “Da necessidade de uma nova investigação da faculdade humana de representação”, não deixam dúvidas a este respeito.

2 K. L. Reinhold, “Über die Möglichkeit der Philosophie als strenge Wissenschaft”, in *Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen. Erster Band das Fundament der Elementarphilosophie betreffend*. Hamburgo: F. Meiner, 2003, p. 344 / 233.

3 Idem, *Über das Fundament des philosophischen Wissens*. Hamburgo: F. Meiner, 1978, p. XIV.

4 Idem, “Über den Begriff der Philosophie”, in *Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen*, vol. 1, p. 55 / 44.

5 Idem, “Über das Bedürfnis, die Möglichkeit und die Eigenschaften eines allgemeingeltenden ersten Grundsatzes der Philosophie”, in *Beiträge zur Berichtigung bisheriger Missverständnisse der Philosophen*, vol. 1, p. 140 / 97.

6 Idem, “Wie ist Reformazion der Philosophie möglich?”, in *Neues Deutsches Museum*, 1789, vol. 1, p. 31-47, 204-26, 284-304. Este e muitos outros escritos de Reinhold, como a primeira versão do que segue aqui traduzido, estão disponíveis numa divisão especial do site da biblioteca da Universidade de Bielefeld: “Retrospektive Digitalisierung wissenschaftlicher Rezensionsorgane und Literaturzeitschriften des 18. und 19. Jahrhunderts aus dem deutschen Sprachraum”. <http://www.ub.uni-bielefeld.de/diglib/au-fklaerung/index.htm>

## § I

Até o presente, a filosofia não estabeleceu nem fundamentos cognitivos universalmente vigentes (*allgemeingeltende*) para as verdades fundamentais da religião e da moralidade nem as primeiras proposições fundamentais universalmente vigentes da moral e do direito natural.

## § II

Pode-se presumir com razão que esta falta do universalmente vigente tem como fundamento a falta do *universalmente válido* (*Allgemeingültigen*); e esta presunção conduz à *dúvida crítica*: se a filosofia pode estabelecer tais fundamentos cognitivos e proposições fundamentais.

## § III

O interesse das ciências dos nossos deveres e direitos nesta vida e do fundamento da nossa expectativa de uma vida futura e, portanto, também o interesse supremo da humanidade transforma esta dúvida crítica na exata pergunta: *como* aqueles fundamentos cognitivos e proposições fundamentais universalmente válidos são possíveis?

## § IV

Para poder resolver este problema é preciso de início ter encontrado uma resposta universalmente válida para a pergunta: o que em geral se deixa conhecer? ou: quais são os limites da faculdade humana de conhecimento?

## § V

É pura e simplesmente impossível estar de acordo sobre o conceito universalmente válido de faculdade de conhecimento enquanto se pensa diferentemente sobre a essência da *faculdade de representação*.<sup>7</sup>

Os dois livros seguintes tratam, respectivamente, da “Teoria da faculdade de representa-

<sup>7</sup> Idem, *Versuch einer neuen Theorie der menschlichen Vorstellungsvermögen*. 2ª ed. Praga e Jena: C. Widtmann e J. M. Mauke, 1796, p. 71, 120, 141, 146 e 188-9, resp.

ção em geral” (§§VI – XXXVII) e da “Teoria da faculdade de conhecimento em geral” (§§ XXXVIII – LXXXVIII), precedidos por uma longa introdução: “Sobre os destinos da filosofia kantiana até o presente”. Em última análise, é em nome do “Evangelho da razão prática”<sup>8</sup> que a filosofia deve se apresentar como uma ciência rigorosa, pois todo interesse teórico deve estar submetido às exigências práticas relativas ao que devemos fazer (“nossos direitos e deveres nesta vida”) e ao que nos é lícito esperar (“nossas esperanças na vida futura”). – Já se disse que Cristo anunciou o Reino e o que veio em seu lugar foi, porém, a Igreja. Paradoxo das conseqüências. Com seu “evangelho”, Kant lançou as bases de toda a “metafísica futura”; mas o que veio – e por obra de Reinhold, seu apóstolo – foi o “idealismo alemão”...

O ensaio que se vai ler – o primeiro escrito de Reinhold integralmente traduzido para o português – é um exemplo significativo deste apostolado crítico. Inicialmente publicado sob o título “Vorschlag und Bitte an die streitenden Philosophen” (“Proposta e pedido aos filósofos em disputa”), na revista *Der Neue Teutsche Merkur*, nº 10, outubro de 1790, p. 134-60, foi em seguida incorporado ao primeiro volume das *Contribuições* com ligeiras modificações e um novo título: “Über die Möglichkeit der Philosophie als strenge Wissenschaft” (“Sobre a possibilidade da filosofia como ciência rigorosa”).

A reprodução fotomecânica da versão definitiva do texto (in K. L. Reinhold, *Über das Fundament des philosophischen Wissens*. Hamburgo: Felix Meiner, 1978, p. 143-74) e a excelente edição das *Contribuições* preparada por Faustino Fabbianelli (Hamburgo: Felix Meiner, 2003 e 2004) foram as fontes da presente tradução. Ela também foi cotejada com a de F. Gallo – in F. Gallo (org.), *K. L. Reinhold, G. E. Schulze, J. G. Fichte, S. Maimon. Modelli postkantiani del trascendentale*. Milão: Unicopli, 1993, p. 130-54 – e a de F.-X. Chenet, in K. L. Reinhold, *Philosophie élémentaire*. Paris: Vrin, 1989.

A paginação entre barras corresponde à original das *Contribuições*.

---

8 Carta de Reinhold a Kant: Kiel, 29 de março de 1795, in I. Kant, AA XII: *Briefwechsel Band III, 1795-1803*, p. 10.

# ***SOBRE A POSSIBILIDADE DA FILOSOFIA COMO CIÊNCIA RIGOROSA***

*Karl Leonhard Reinhold*

Δος μοι που στω.<sup>1</sup>

/341/ Toda disputa (*Streit*) honestamente conduzida entre filósofos pressupõe um *mal-entendido* ou bem da parte de quem ataca, ou bem da parte de quem defende, ou bem da parte de ambos. Um não pode convencer-se da afirmação do outro ou bem porque não entendeu a mesma e suas razões, ou bem porque ela é efetivamente falsa. Dado este último caso, e se são efetivamente verdadeiras as razões mediante as quais quem ataca demonstra esta falsidade, seria impossível que a disputa prosseguisse sem que estas razões não fossem mal-entendidas por quem defende. Não se sabe que se incorreu num mal-entendido antes que se chegue à *razão* do mal-entendido. Este nem sempre é o caso, e muito raramente o é em mal-entendidos filosóficos; e por isso as disputas dos filósofos /342/ terminam habitualmente sem que nada seja decidido através delas, e ambas as partes insistem em suas próprias opiniões. Se é raro, porém, que um mal-entendido se manifeste *em sua razão* (e por isso é também raro que seja re-

---

<sup>1</sup> “Δος μοι που στω και κινω την γην”: “Dêem-me um ponto de apoio e moverei a terra.” Arquimedes. (NT)

ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 13 nº 1, 2009, p. 291-306

conhecido como um mal-entendido), ele com certeza e necessariamente se manifesta em seus resultados (*Folge*) pela diversidade de opiniões, pelo ímpeto à refutação, numa palavra, porque é-se obrigado a negar a aprovação à afirmação de um outro ou bem imediatamente, ou bem em suas conseqüências (*Folgesätzen*). Se a afirmação é considerada nela mesma e imediatamente como incorreta, não é raro que o mal-entendido seja suficientemente remediado quando a proposição negada é demonstrada e, pela demonstração, é oferecida a explicação do seu sentido autêntico. Porém, se uma proposição afirmada a partir de um mero mal-entendido é admitida, e conseqüentemente num sentido totalmente diverso daquele no qual foi estabelecida, e é negada apenas uma de suas conclusões (*Folgerungen*), e, além disso, uma das mais distantes – então a disputa se torna *sem fim*; os partidos estão, neste caso, separados por uma proposição sobre a qual acreditam concordar e que, justamente por isso, permanece entre eles como não discutida, e quanto mais prosseguem em sua disputa, mais se afastam um do outro. Quanto mais numerosos os elos da /343/ cadeia pela qual a conclusão disputada se conecta com o seu fundamento mal-entendido, tanto menos o autêntico ponto do mal-entendido é suspeitado por ambas as partes. Uma acusa a outra de ter negado um resultado (*Folge*) correto de premissas concedidas; a outra acusa aquela de ter afirmado como demonstrada uma proposição sem fundamento, e assim ambas ou bem se afastam uma da outra, pois se acusam reciprocamente de um pecado contra a lógica, ou bem uma exige, e a outra fornece, explicações que, por não concernirem ao ponto do mal-entendido, enquanto uma proposição concedida por ambas as partes, tornam a disputa apenas ainda mais complicada.

Na verdade, com muita freqüência, embora nem sempre, a curta perspicácia do espírito, a ignorância, a precipitação, a paixão cega etc. são os motivos de tais mal-entendidos encobertos, os quais fizeram até agora do território da filosofia um campo de batalha no qual disputou-se tanto e concordou-se tão pouco. Existem mal-entendidos entre os filósofos que são pura e simplesmente próprios à filosofia mesma ou, se se prefere, ao grau de desenvolvimento no qual se encontra a razão filosofante nos seus paulatinos progressos. /344/ Enumero aqui, antes de quaisquer outros, aqueles que têm seu fundamento no lamentável estado em que a *filosofia elementar* se encontra até agora ou, antes, em sua completa falta.

Tudo que disse nos tratados precedentes sobre filosofia elementar<sup>2</sup> não poderá impedir que uma parte dos meus leitores entenda esta ciência como *ontologia*, uma outra parte como *lógica*, ou mesmo como *psicologia empírica*. Portanto, esclareço mais uma vez que entendo por filosofia elementar o único *sistema dos princípios* possível, sobre o qual tem de ser erguida a filosofia tanto teórica quanto prática, tanto formal quanto material. Que até agora uma tal ciência não tenha se dado, é *fato*. A filosofia elementar, como a concebo, ou bem não existe de modo algum, ou bem se apóia com firmeza sobre uma *proposição fundamental universalmente válida*, está concluída em todas as suas partes e exclui do seu território todas as disputas. Um fato não menos conhecido é que (hoje mais que nunca) se discute entre os filósofos sobre os *princípios* dos nossos deveres e direitos nesta vida e sobre o fundamento da nossa esperança numa vida futura. Porém, que esta disputa tenha surgido e perdure por causa de mal-entendidos que têm o seu fundamento no território /345/ da filosofia elementar, poderia muito bem ser evidente para uma minoria dos meus leitores. Contudo, não há nada mais certo.

Quem observa há muito tempo, com atenção e com aquele interesse exigido pela importância das matérias, a disputa sobre as *primeiras proposições fundamentais* da moral e do direito natural e sobre os *fundamentos cognitivos* das verdades fundamentais da moral e da religião, logo descobrirá que faltam aqui não apenas aqueles princípios *sobre* os quais se disputa, mas também aqueles *a partir* dos quais e *através* dos quais se disputa. Toda a atenção dos disputantes está habitualmente voltada para as *demonstrações* pelas quais esperam assegurar suas proposições disputadas e, na condução das próprias demonstrações, para o desenvolvimento de um conceito pressuposto por uma parte como ainda não desenvolvido pela outra. Além disso, o *fundamento (Fundament)* das demonstrações e do desenvolvimento é habitualmente tanto mais negligenciado quanto mais se crê que ele é expresso e assegurado mediante proposições das quais se sabe que são concedidas pela outra parte. Mal se pensa neste fundamento, justamente

---

2 “Sobre a possibilidade da filosofia como ciência rigorosa” é o quinto dos seis trabalhos reunidos no primeiro volume de *Beiträge zur Berichtigung bisheringer Missverständnisse der Philosophen*, que são os seguintes: 1. “Sobre o conceito da filosofia”, 2. “Sobre a necessidade, a possibilidade e as propriedades de uma primeira proposição fundamental universalmente válida da filosofia”, 3. “Nova exposição dos momentos principais da filosofia elementar. Primeira parte. Doutrina fundamental”, 4. “Sobre a relação da teoria da faculdade de representação com a Crítica da razão pura”, 5. “Sobre a possibilidade da filosofia como ciência rigorosa” e 6. “Discussões sobre o Ensaio de uma nova teoria da faculdade de representação”. (NT)

porque ele é indiscutível, porque está decidido (*ausgemacht*); e porque unicamente o disputado e a ser decidido flutua diante do espírito; /346/ e assim, por um engano talvez peculiar aos filósofos, o meio é esquecido em nome do fim. Sem proposições admitidas como decididas, não há dúvida de que nenhuma prova é possível; mas o fato de uma proposição ser admitida como decidida ainda não significa de modo algum que ela seja inteiramente apta para servir de *fundamento* (*Grund*) de uma demonstração. Esta aptidão depende da conexão da proposição com a prova erguida sobre ela ou com a cadeia de proposições de que consiste a prova; e a correção daquela conexão necessária depende da *inteira determinidade* da proposição admitida. Ora, como nos nossos métodos atuais de filosofar as provas são raramente expostas na sua forma logicamente determinada; como são expressamente estabelecidos apenas os elos da cadeia considerados mais importantes; como *muitas*, e diferentes, afirmações são pressupostas como decididamente admitidas, e as proposições que devem ser discutidas são misturadas com outras que não deverão carecer de nenhuma discussão, é pois suficientemente compreensível como possa ocorrer que, pelas provas dos nossos disputantes filosóficos, o disputado, apesar de todo o não-disputado, pelo qual ele deve ser apaziguado, permaneça sempre disputado não só para os seus adversários como também para espectadores apatridários, até que seja removido por uma nova questão disputada /347/, cujo germe já se encontrava na anterior.

Não é de modo algum indiferente *de onde* é tomada a proposição tida como decidida (*das Ausgemachte*) que é posta à base de uma prova filosófica, e *pelo que* ela seja decidida. Para persuadir a grande multidão no mundo filosófico e fora dele, permite-se ater-se apenas aos preconceitos *dominantes*. E mesmo para embaraçar alguém que pensa por si mesmo (*einen Selbstdenker*), raramente faltarão opiniões prediletas e afirmações precipitadas deste pensador que se possa utilizar com proveito para argumentar *ex concessis*<sup>3</sup> contra ele. A história das disputas sobre a filosofia *kantiana* oferece suficientemente exemplos muito notáveis e novos deste procedimento. Mas o filósofo, para o qual importa mais o proveito da ciência que ele elabora que o convencimento e a humilhação do seu adversário, rejeitará não só os artifícios dos sicofantas como também todas as razões que não são *filosóficas* em sentido próprio e que, recebidas da vida comum no território da ciência, têm de provocar no mesmo a desordem e a confusão. O que ele admite como decidido tem de ser *filosoficamente decidido*; nativo do território da /348/

---

3 Argumenta *ex concessis* quem argumenta a partir do que é concedido pelo adversário. (NT)

filosofia, tem de ser ou bem determinado por razões filosóficas, ou bem ser a própria *primeira proposição fundamental de toda a filosofia*.

O que é filosoficamente decidido não se deixa reconduzir nem a dados históricos nem a fenômenos naturais. Ele tem de ser ou bem uma proposição fundamental filosófica universalmente válida, ou bem determinado por uma tal proposição. Mas o que significa agora toda proposição fundamental filosófica! Desde que a escola *leibniz-wolffiana* foi suplantada pela maneira *empírica, eclética* ou *popular* de filosofar, raramente se ouve que os partidos em disputa invocam proposições fundamentais universalmente válidas. Segundo uma opinião bastante universal e admitida por muitos excelentes escritores, é próprio ao caráter daquele que pensa por si mesmo ter de possuir e estabelecer suas *próprias proposições fundamentais*. O que está decidido, sobre o qual ele ergue estas proposições fundamentais, e do que ele pode tanto menos prescindir quanto mais suas proposições fundamentais lhe são próprias, significa habitualmente para ele um *ditame (Ausspruch) do sadio entendimento humano* e, enquanto um tal ditame, é sustentado como tão pouco carente quanto capaz de toda prova. Na medida então que deduziu *por raciocínio* sua própria proposição fundamental a partir de uma proposição indemonstrável, /349/ ele acredita tê-la elevado à posição de uma proposição filosófica fundamental, e o seu adversário seria proclamado como altamente intolerante ou inculto caso quisesse contestar esta posição. Assim, em quase todo tratado filosófico, as proposições fundamentais neles usadas são antes produzidas e cunhadas de novo. Que o que é admitido como decidido, o qual é posto aqui como fundamento, soe diferente em cada um destes escritos e não tenha meramente uma outra fórmula, e sim até contenha conceitos diversos, ninguém estranha, enquanto pressupõe-se que o sadio entendimento humano, que oferece à filosofia os últimos princípios indemonstráveis, tenha de concordar consigo mesmo apesar de toda diversidade não apenas de expressão, mas também das espécies de representação, embora não se possa compreender o *como* disto.

Todavia, o que é admitido como decidido pode ser admitido pelo filósofo disputante que o estabelece ou bem como ditame imediato do sadio entendimento humano, ou bem como um *teorema* da razão filosofante demonstrado enfim por aquele ditame; assim, porém, o filósofo nunca pode estar seguro se o seu adversário não conecta com a fórmula conceitos que ao menos /350/ contenham uma ou outra nota que se encontre em contradição direta com o significado no qual ele estabelece aquela fórmula, sem que o adversário, que então tinha em vista apenas as notas comumente admitidas, por isso admita a proposição como menos certa.

Com bastante freqüência são consideradas como decididas proposições infundadas estabelecidas por um partido e admitidas pelo outro simplesmente porque não são acompanhadas por fundamentos que, caso estivessem dados, mostrariam com suficiente clareza que a proposição está estabelecida por um dos disputantes num sentido que o outro jamais teria concedido. Na velha polêmica sobre a natureza da alma, o materialista concede ao espiritualista a proposição segundo a qual *nenhuma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo*; o espiritualista entende aqui por coisa a *substância* da coisa em si, o materialista, ao contrário, uma mera qualidade desta substância. A partir desta proposição, um concluiu que a substância, que se chama alma, e cuja unidade absoluta ele provou, é uma unidade absoluta e justamente por isso não pode consistir de partes; o outro, ao contrário, admite tanto aquela proposição quanto a unidade absoluta, mas apenas como uma qualidade da substância, que /351/ não exclui a multiplicidade das partes e sim antes a pressupõe.

A proposição decidida é assegurada contra todo mal-entendido oculto apenas na medida em que está *inteiramente determinada* por ambos os disputantes. Mas como se pode estar certo de que uma proposição qualquer satisfaça esta condição de uma verdadeira proposição fundamental se os conceitos que lhe estão vinculados não foram previamente esgotados mediante um desmembramento *completo e correto*, e se não se sabe se isto também foi feito pelo outro partido? Aliás, a partir de que se pode estar certo que de um lado ou de outro ou de ambos não foi admitida uma nota a mais ou a menos na reunião das várias notas que constituem o conceito do sujeito ou do predicado ou de ambos? Porventura a partir de que sujeito e predicado são designados por palavras de cujo significado tem-se *explicações* admitidas ou bem universalmente ou bem por ambos os disputantes? Mas isto vale, por sua vez, para as palavras que aparecem nestas explicações ou antes para os seus significados? Para cada palavra da explicação existem, por sua vez, tais explicações; e ascendendo a partir destas até proposições em meio as quais toda explicação é impossível, que /352/ possuem evidência imediata para qualquer um que as pensa, e por isso estão tão bem asseguradas contra todo mal-entendido enquanto universalmente válidas? Suponhamos também que uma proposição admitida como decidida e posta como fundamento de outras seja, porém, concedida por ambos os partidos e que até ambos expliquem seu sujeito e predicado através da mesma fórmula; se, no entanto, em *um só* dos conceitos que compõem o sentido verbal (*Wortsinn*) desta fórmula explicativa, uma ou mais notas das quais ele é composto não são corretas; se um dos disputantes admite uma nota supér-

flua e o outro deixa de lado uma nota essencial, então a proposição admitida por ambos tem de confundir a disputa que deve ser resolvida por meio dela e dificultar sua conclusão quanto mais profundamente o *novo* mal-entendido, mediante o qual o *antigo* é ampliado, permanece oculto para ambos os disputantes. Assim, por exemplo, em muita disputa sobre a natureza da alma, é aceita por ambos os partidos a proposição: *a sensibilidade é imprescindível para o conhecimento*; e ambos explicam o termo *sensibilidade* com a fórmula: *a faculdade da alma de receber impressões*. Contudo, um dos disputantes entende com o termo *impressões* representações efetivas /353/ e a sensibilidade é para ele, neste caso, não uma espécie da *faculdade representativa*, mas o gênero mesmo. O outro entende por *impressões* nada senão motivos externos, pelos quais a capacidade de produzir representações expressa sua faculdade, aliás, independente da sensibilidade; e a sensibilidade é para ele, neste caso, uma propriedade contingente da faculdade de representação. Em sua reunião de todas as notas, um pensa uma nota a mais e o outro uma a menos; e sua convicção comum acerca da imprescindibilidade da sensibilidade está tão longe de aproximá-los que antes tem de afastá-los muito mais.

Nenhuma proposição determinada integralmente *apenas por outras proposições* pode ser assegurada contra mal-entendidos e admitida na filosofia enquanto uma *proposição fundamental absolutamente primeira*, assim como não pode ser estabelecida sem discussão, em disputas filosóficas, com segurança contra mal-entendidos. A proposição fundamental absolutamente primeira, caso exista uma tal, não deve e não pode receber a determinação completa do seu sentido através de nenhuma outra proposição; e, conseqüentemente, tem de estar garantida *por si mesma* contra todos os mal-entendidos. /354/ As notas dos *conceitos* que são estabelecidos por ela têm então de poder ser determinadas *por ela mesma*; elas não se deixam derivar de quaisquer outras notas e, conseqüentemente, têm de estar contidas nela como as *notas originariamente últimas de tudo o que é representável*. (A meu ver, isto não pode valer para nenhuma outra proposição que não a *proposição da consciência*.<sup>4</sup> Os conceitos de *sujeito*, *objeto* e *representação*, que

4 Diferentemente do *Ensaio de uma nova teoria da faculdade humana de representação*, no qual a proposição da consciência figura como o §VII, na “Nova exposição dos momentos principais filosofia elementar. Primeira parte. Doutrina fundamental”, ela é o motivo de abertura:

“A proposição da consciência

§ I. Na consciência, a representação é distinguida do sujeito e do objeto e referida a ambos pelo sujeito.

são estabelecidos através dela, são determinados por ela mesma ou pela ação de *distinguir* e *referir* que ela expressa. Eles não se deixam derivar de nenhuma outra nota, brotam (*quillen*) imediatamente da consciência expressa por esta proposição e são as notas originárias últimas de tudo o que é representável. A proposição da consciência é, pois, uma proposição integralmente determinada *por si mesma* e, na verdade, a *única possível*; pois todas as demais podem estabelecer apenas conceitos que são determináveis por *outras proposições* e cujas notas têm de ser reconduzidas necessariamente, afinal, àquelas que estão *originariamente* determinadas na proposição da consciência).

Seja a proposição determinada por si mesma qual for e como se chame: somente ela pode ser /355/ a proposição certa (*das Ausgemachte*) que pode ser admitida sem receio de um possível mal-entendido. Qualquer outra proposição pode ser utilizada como proposição assegurada contra todo mal-entendido apenas na medida em que foi determinada por meio da proposição determinada por si mesma. Portanto, enquanto a proposição determinada por si mesma não for

---

Esta proposição nada expressa aqui *imediatamente* a não ser o fato (*Tatsache*) que ocorre na consciência; em contrapartida, ela expressa apenas *mediatamente* os conceitos de representação, sujeito e objeto, quer dizer, na medida em que são determinados por aquele fato.

*Antes* da consciência não há nenhum conceito de representação, objeto e sujeito; e estes conceitos são *originariamente* possíveis apenas pela consciência, na qual e pela qual a representação, o objeto e o sujeito são primeiramente distinguidos uns dos outros e referidos uns aos outros. As notas características originárias sob as quais os três componentes da consciência – a representação, o objeto e o sujeito – aparecem não podem ser obtidas por nenhuma abstração a partir de quaisquer objetos representados, na medida em que são as notas características originárias; pois todo objeto pressupõe a representação pela qual ele é representado e o representante para o qual ele é representado como algo distinguido dele e referente a ela na consciência. Portanto, as notas características pertencentes à representação, ao objeto e ao sujeito, na medida em que são componentes da consciência, brotam (*quillen*) *imediatamente* da própria consciência, sem nenhuma abstração, não pressupondo, nesta medida, absolutamente nenhum raciocínio, e precedem toda a filosofia.

A proposição da consciência não *pressupõe*, portanto, nenhum conceito filosoficamente determinado de representação, objeto e sujeito, uma vez que são primeiramente determinados e estabelecidos nela e por ela. Estes conceitos podem ser expressos apenas por proposições que recebem o seu sentido pela proposição da consciência, estão totalmente contidas nela e são imediatamente derivadas dela." Cf. K. L. Reinhold, "Neue Darstellung der Hauptmomente der Elementarphilosophie. Erster Teil. Fundamentallehre", in *Beiträge zur Berichtigung der bisherigen Mißverständnisse der Philosophen. Erster Band, das Fundament der Elementarphilosophie betreffend*. Hamburgo: Felix Meiner, 2003, p. 167-8 / 113-4. (NT)

encontrada e estabelecida na filosofia, todas as proposições admitidas como certas (*als ausgemacht*) possuem o caráter da certeza (*der Charakter des ausgemachten*) apenas num sentido muito impróprio e muito oscilante; todas elas, sem exceção, poderiam ser compreendidas corretamente somente *por acaso*, e não há meio seguro para assegurá-las contra mal-entendidos ocultos.

*A proposição determinada por si mesma pode e tem de ser uma proposição universalmente válida.* Uma proposição que *não* é integralmente determinada pode ser estabelecida como uma proposição certa (*als ein Ausgemachter*) a partir de um simples mal-entendido. Este é sempre o caso se a razão (*Grund*) na ligação do predicado com o sujeito se encontra numa nota supérflua, despercebidamente admitida nos conceitos, ou numa ausente, despercebidamente suprimida do mesmo; mas isto, caso tivesse sido notado, teria tornado impossível o juízo. Nestes /356/ casos, a proposição estabelecida e sustentada como decidida por um dos disputantes tem de ser negada pelo outro que pensa corretamente aqueles conceitos. O contrário também pode ocorrer e a proposição verdadeira estabelecida como certa pode ser negada pelo outro que admite nos conceitos da mesma uma nota supérflua ou dela suprime uma nota essencial. Isto é impossível no caso da proposição determinada por si mesma. Como as notas que ela contém são integralmente determinadas pela própria ação de julgar, ela ou bem *não pode* ser de modo algum pensada, ou bem *tem* de ser *corretamente* pensada; e, nesse caso, ela não se deixa nem afirmar nem negar a partir de um mal-entendido. As notas dos conceitos não são pressupostas nela como determinadas por outras proposições, e sim postas somente como determinadas por ela mesma. Para que nos tornemos *inteiramente* conscientes das notas *originárias* dos seus conceitos, não é preciso, no caso desta proposição, nenhum *raciocínio* (*Raisonnement*), no qual pressupostos incorretos poderiam introduzir-se furtivamente, e sim a simples *reflexão* (*Reflexion*) sobre a significação das palavras, que é determinada por ela mesma para o fato (*Thatsache*) que ela exprime. Ela não precisa de premissas; ela não permite nenhuma premissa, e sim ela mesma estabelece tudo de que ela precisa para ser compreendida. /357/ (Se e até que ponto este é o caso na proposição que nada expressa senão o *fato da consciência* (das *Faktum des Bewusstseins*), pode permanecer não decidido aqui. Afirimo apenas que esta proposição, se ela é uma proposição integralmente determinada por si mesma, e até que ponto ela é uma tal proposição, ou bem não pode de modo algum ser pensada, ou bem está assegurada, pelo seu próprio vir-a-ser-pensada, contra mal-entendidos e é, neste caso, *universalmente válida*).<sup>5</sup>

---

5 Vide nota 4. (NT)

*A proposição determinada por si mesma pode ser apenas uma única.* Na medida em que é determinada por si mesma, nenhuma outra proposição, pela qual ela ou alguma de suas notas fosse determinada, pode precedê-la. As notas que ela estabelece não podem pois também estar contidas sob notas mais altas e mais universais, e sim têm de ser elas mesmas as mais altas e as mais universais. Se se pudesse pensar uma nota mais alta e mais universal que não estivesse determinada por ela e nela, as notas contidas nela teriam de ser pensadas como subordinadas a esta como a nota superior e, neste caso, determinadas pela mesma; portanto, não haveria uma proposição determinada por si mesma. Assim, ela tem de estabelecer as notas *mais altas* e *mais universais* que se deixam representar, e, neste caso, aquela que é comum a tudo que é representável; conseqüentemente, /358/ o gênero supremo representável. Como este só pode ser um *único*, ela tem de ser também essencialmente *única* enquanto a proposição que determina o único gênero supremo possível. (Tenho de deixar aqui, mais uma vez, aos mais perspicazes pensadores entre os meus leitores descobrir se podem pensar uma proposição que, na série das proposições subordinadas, pode preceder a proposição da consciência e se a nota da *representabilidade*, que é estabelecida imediatamente por ela, não é a nota mais alta e mais universal entre *tudo que é representável*. Mais universal é certamente a nota do *pensável*, ou seja, do representável pelo *entendimento* que, no conceito ambíguo de uma *coisa*, foi tido até hoje como o mais universal).

A partir do momento em que a proposição determinada por si mesma, seja ela qual for, está encontrada, a filosofia vê-se em posse de uma *única proposição suprema universalmente válida* que, neste caso, é, pois, no sentido mais rigoroso, uma *proposição fundamental* e, na verdade, a proposição fundamental de todas as proposições fundamentais, a primeira proposição fundamental, não da metafísica, não da lógica, e sim da *filosofia*. Na medida em que se carece de uma proposição fundamental para estar-se assegurado contra mal-entendidos, tudo que é admitido como certo (*ausgemacht*) tem de ser então mediata /359/ ou imediatamente determinado por esta *primeira proposição*. Eu digo *na medida em que se carece de uma proposição fundamental*; e repito que não se trata aqui nem de dados históricos nem de dados físicos, que se trata aqui somente de problemas propriamente filosóficos e principalmente das razões ainda incertas dos nossos direitos e deveres e da nossa expectativa além-túmulo. Eu digo *mediata* ou *imediatamente* e deveria ser evidente que tudo que pode e tem de ser estabelecido na filosofia como proposição fundamental não pode estar contido *imediatamente* sob a primeira proposição pensável. No entanto, não pode haver na filosofia uma proposição fundamental pensável que não tivesse de es-

tar subordinada *mediatamente* à primeira proposição fundamental, se ela deve ser integralmente determinada. Toda proposição fundamental tem de ao menos depender, pelas suas premissas, ou seja, pelas suas notas mais altas, que estão reunidas no seu sujeito, da primeira proposição fundamental como do último elo seguro no qual por fim convergem todos os encadeamentos de conceitos filosoficamente determinados e são todos eles aferrados.

Se a proposição determinada por si mesma não deve ser usada abusivamente, se ela deve ser utilizada com sucesso na disputa dos filósofos sobre os fundamentos dos nossos /360/ deveres e direitos etc., então, antes de todas as coisas, a *filosofia elementar* tem de ser construída sobre ela. A primeira proposição fundamental de toda a filosofia nada estabelece senão as notas mais altas e mais universais de todo o representável como tal e, na verdade, como integralmente *determinada*, mas de modo algum como integralmente *desenvolvida*. Antes que um desenvolvimento completo tivesse desmembrado tudo que está reunido nas notas determinadas pela primeira proposição fundamental, ela em verdade poderá ser corretamente pensada, mas tem de permanecer estéril. Não nos tornaremos claramente conscientes das notas genéricas (*Gattungsmerkmale*) nela contidas para os conceitos e proposições fundamentais subordinados, e assim estaremos sempre no perigo de, em sua aplicação aos últimos, omitir notas essenciais ou deixar que se introduza furtivamente uma nota supérflua. (Se a *proposição da consciência* é a primeira proposição fundamental da filosofia, o desenvolvimento completo das notas da simples *representabilidade em geral*, determinada por ela, constitui a *teoria da faculdade de representação em geral* e esta, a *base* da filosofia elementar – mas também somente a simples base).

Após o desenvolvimento completo daquilo que é determinado *na* proposição que se determina a si mesma /361/, trata-se antes de tudo de descobrir e estabelecer aqueles conceitos ou proposições que não estão contidos *nela*, mas *imediatamente sob* ela. Entendo por isto aqueles conceitos ou proposições que estão para o primeiro princípio como as espécies para o seu gênero *próximo* e, conseqüentemente, estabelecem notas que são subordinadas às suas, mas que não estão contidas nelas. Se se *salta* por sobre estes conceitos ou proposições, a primeira proposição fundamental e a base da filosofia elementar estabelecida através dela tornam-se inteiramente inúteis para o seu fim. Na disputa, por exemplo, sobre as primeiras proposições fundamentais da moral e do direito natural, as proposições fundamentais propostas destas ciências não podem de modo algum ser então reconduzidas às primeiras proposições fundamentais de toda filosofia e examinadas segundo estas, pois os *conceitos intermediários*, as proposições fundamentais in-

termediárias estão ausentes. Todo conceito genérico que não está imediatamente determinado pela proposição fundamental absolutamente primeira tem de resistir a todas as tentativas para desenvolvê-lo com sucesso enquanto os gêneros intermediários situados entre ele e *o primeiro de todos* permanecerem indeterminados e não-desenvolvidos. Caso também apenas um único seja omitido, então, justamente por isso, nas premissas do gênero subordinado e da proposição /362/ que o exprime estão contidas notas indeterminadas que só por um acaso podem ser asseguradas contra a incorreção. Se a nota imediatamente próxima é omitida, e por isso passou-se imediatamente à nota mais distante, ou bem falta entre as notas do último uma nota essencial ou bem a mesma é substituída por uma nota estranha. (As *proposições fundamentais* que estão *imediatamente* sob a proposição da consciência são proposições que expressam as espécies particulares de consciência: 1) a consciência da representação, 2) a consciência do sujeito ou a autoconsciência, 3) a consciência do objeto como tal – que se chama *conhecimento*, na medida em que é elevada à consciência do que é representado como distinto do objeto representado e do sujeito da representação, e, conseqüentemente, na medida em que é acompanhada pelas duas primeiras espécies de consciência. As proposições que expressam estas três espécies de consciência são determinadas pela *proposição da consciência* apenas no que tange à nota genérica nelas contida, à consciência em geral; no que tange às notas próprias a cada uma das mesmas, e que distinguem a espécie de consciência expressa pela proposição tanto do gênero como das demais espécies, cada proposição não é, por sua vez, menos determinada *por si mesma* que a proposição da consciência em geral; /363/ como esta, pelo simples fato (*Thatsache*) que ela expressa, cada uma é evidente sem raciocínio, por reflexão, e, nessa medida, universalmente válida. Assim como o conceito de representação e do representável em geral tem de ser integralmente determinado pela proposição da consciência, como o gênero supremo, e ser integralmente desenvolvido a partir dela, os conceitos das espécies particulares de representação, por exemplo, da representação sensível, da intelectual (*verständigen*) e da racional, e do representável pela sensibilidade, pelo entendimento e pela razão, têm de ser integralmente determinados e integralmente desenvolvidos a partir das proposições da consciência particular como as espécies próximas imediatas do representável. Estes desenvolvimentos constituem assim o conteúdo das teorias da faculdade de conhecer em geral, portanto da sensibilidade, do entendimento e da razão, pelos quais a filosofia elementar *está esgotada*. Ela é, enquanto filosofia elementar, a ciência do que é *imediatamente* determinado pela consciência e das proposições universalmente

válidas, determinadas por si mesmas, que expressam esta consciência; a ciência das representações como tais e, conseqüentemente, também do representável em geral e do representável pela sensibilidade, pelo entendimento e pela razão; a ciência das formas das /364/ representações, e, nessa medida, nem filosofia teórica, nem filosofia prática, mas a premissa para ambas. A simples representação, o gênero com as suas espécies, é o objeto da filosofia elementar; a representação referida ao objeto, o gênero com suas espécies, o objeto da filosofia teórica, e a representação referida ao simples sujeito, o gênero com suas espécies, o objeto da filosofia prática).

Nem a filosofia teórica nem a filosofia prática podem ser elaboradas com algum sucesso como ciências realmente estabelecidas, asseguradas contra todo mal-entendido e universalmente válidas em seus princípios, *antes que a filosofia elementar seja inteiramente estabelecida sobre o seu fundamento*. Enquanto uma *única* nota pertencente essencialmente ao âmbito da filosofia elementar permanecer indeterminada e não desenvolvida, as premissas que são presupostas pelas proposições fundamentais da filosofia teórica e da filosofia prática, e que têm de apresentar-se nelas como conceitos genéricos, estão incompletas e, conseqüentemente, também as próprias proposições fundamentais não estão integralmente determinadas, são oscilantes, ambíguas e nada adequadas para a convicção geral daquele que pensa por si mesmo.

/365/ Deveria então ser muito atrevimento de minha parte se, dirigindo-me a vós, que, em minha nação, pensais por vós mesmos, que tendes declaradamente vocação e laser para filosofar, e *em nome da única coisa da qual a humanidade carece* e do que, depois disto, tem de ser para vós o mais sagrado, a razão que nos é comum, vos rogo que suspendam toda disputa sobre as primeiras proposições fundamentais dos nossos deveres e direitos nesta vida e sobre o fundamento das nossas esperanças na vida futura, toda disputa sobre a superioridade da filosofia kantiana, leibniziana, lockeana ou de qualquer outra e mesmo também todas as tentativas de examinar, refutar, provar, discutir as proposições fundamentais lockeanas, leibnizianas, kantianas ou de qualquer outro escritor, até que vós tenhais levantado, investigado e decido a questão sobre a *única coisa de que a filosofia carece* e, nesse caso, de que todos vós careceis conjuntamente!

O resultado de todas as vossas disputas até agora foi sempre apenas uma nova *questão disputada*. Amigos da filosofia crítica! Com razão considerais a disputa entre *Leibniz* e *Locke* sobre o *racionalismo* e o *empirismo*, assim como a disputa entre *Hume* e os *dogmáticos* sobre o *ceticismo* e /366/ o *dogmatismo* como decididas pela crítica da razão. Mas vossa filosofia, o

resultado desta decisão, encontra-se por isso menos atacada? E já houve uma contenda mais abstrusa que a atual entre os defensores e os adversários da vossa filosofia? Considero o *Ensaio sobre a faculdade de representação*<sup>6</sup> como o resultado que extraí dos pontos de disputa entre os *kantianos* e os *antikantianos*, para cujo acordo desejei contribuir através dele mesmo. Contudo, minha teoria está nas mãos do público há ainda quase um ano;<sup>7</sup> e cabe aos seus amigos o confronto já tanto com os kantianos quanto com os antikantianos. Qualquer outro novo ensaio que não parta de algo realmente *universalmente válido* e que não se ocupe, a despeito de tudo mais, da discussão desta validade universal no caráter da primeira proposição fundamental tem de ter necessariamente justo este destino; e seu resultado mais feliz não pode ser nenhum outro senão o de fazer esquecer uma antiga disputa por uma nova.

Vós, homens, que não achais esta tentativa indigna do vosso exame! Se quereis que eu deva tornar-me sensível ao benefício do vosso ensinamento, /367/ então ou bem parti comigo da proposição fundamental que considero como uma proposição universalmente válida ou bem dirigi toda a acuidade de vossa crítica contra esta única proposição. Mas, nesse caso, vós mesmos tendes de partir de uma outra proposição universalmente válida se vos empenhais em não ser mal-entendido por mim e pelos seus demais leitores.

É preciso que seja possível uma proposição universalmente válida como primeira proposição fundamental, ou a filosofia é impossível como ciência; e os fundamentos dos nossos deveres éticos e dos nossos direitos, e, conseqüentemente, estes deveres e direitos mesmos têm de permanecer eternamente incertos; e o acaso tem de conservar eternamente na condução dos assuntos humanos o papel que, segundo a vossa convicção, vós, nobres homens, é devido à *razão*. Vós quereis derrubar o acaso do trono da razão; e cedéis a ele mesmo a condução da contenda que vós lhe declarastes. – É ele que ocupa o lugar do princípio supremo da vossa filosofia enquanto vós o deixais desocupado. Dependerá dele, doravante como até agora, se as obras do vosso espírito poderão (*dürften*) ser ou não compreendidas por alguns, em alguns pontos e de vez em quando; e o destino dos frutos mais nobres de vossa /368/ aplicação e dos vossos talentos dependerá na maior parte do seu humor.

6 Reinhold se refere ao seu *Ensaio de uma nova teoria da faculdade humana de representação* (1789). (NT)

7 O primeiro volume das *Contribuições* apareceu em outubro de 1790 – portanto quase um ano depois do *Ensaio*, lançado por ocasião da feira (de livros) de São Miguel, ou seja, em setembro de 1789. (NT)

Pode vos ser indiferente que, devido a um mal-entendido, vós sejais elogiados e reprovados até mesmo pelos que são afins ao vosso espírito e coração, por aqueles para quem vós inicialmente pensastes e escrevestes? – O que deve ser *para vós* o assentimento que não vos pode recompensar, a reprovação que não vos pode instruir, posto que se equivocaram quanto à vossa opinião?

Quanto mais profundamente vossa disputa intervém no território da especulação, e este tem de ser o caso com cada uma das vossas obras que estabelecem um novo ponto de disputa, menor é o número daqueles que têm tempo, talento, prazer e vocação não só para ser porventura um participante, como também só um espectador da disputa. Entre os poucos que continuam a levá-la, a maior parte é composta de sofistas (*Grüblern*) frios e hipocondríacos aos quais, uma vez esgotada a fonte da sensação, interessa a especulação apenas enquanto especulação, e para os quais o seu jogo de pensamento pode permanecer atraente apenas através de uma cavilação (*Spitzfindigkeit*) sempre crescente – a outra parte é composta de jovens ruidosos que, com seus primeiros lances, embuçam o campo de luta na poeira.

/369/ Há muito tempo diminui visivelmente a influência da filosofia sobre as demais ciências e cresce a indiferença dos curadores e amigos destas em face daquela. A *teologia* e a *jurisprudência* já mal a reconhecem como a velha serva; e mesmo os teólogos e juristas mais esclarecidos, orgulhosos do que realizaram com o auxílio da *história*, acreditam poder passar sem ela. Quanto tendes de achar isto perdoável, vós, filósofos, se considereis quão amargo tem de tornar-se, mesmo para a melhor cabeça que aferra o seu ofício aos inumeráveis trabalhos do homem de negócios ou do erudito, avançar pelos caminhos espinhosos da especulação até o vosso santuário, o qual vos leva cada vez mais longe do âmbito do mundo efetivo e cada vez mais profundamente para o reino das possibilidades; quão justa tem de ser a indignação de uma tal cabeça se neste santuário, no conselho superior dos que pensam por si mesmos por profissão, não recebe nenhuma outra explicação senão uma *que é recusada por três partidos contra um único*.

/370/ Somente através de um princípio universalmente válido a filosofia pode e tem de ver-se livre da vergonha de ser, no tocante às demais ciências, ou bem uma escrava ou bem totalmente inutilizável. Através deste princípio ela se torna, no sentido mais rigoroso, a rainha de todas as ciências, que lhe concederão esta posição sem inveja e de boa vontade tão logo ela

estiver em condições de lhes dar a solidez e a dignidade de verdadeiras ciências, que ela lhes prometeu em vão até hoje e que, no entanto, estas não podem receber de outra parte.

Vós, homens, que me compreendeis quando se trata da única coisa de que a humanidade carece!, vós que, onde importa agir, vos reconheceis por um olhar, por um aperto de mãos, como filhos de um único e o mesmo espírito!, vós que possuíis *uma única* vontade!, deveis ter de permanecer eternamente entre vós mesmos vossos mais terríveis inimigos tão logo tomais a pena para expressar o que *pensais* neste mesmo querer no qual vos reconheceis como irmãos? Por menor que seja vossa pequena multidão dispersa sobre a face da Terra, /371/ por pouco que podeis, para conseguir vossos fins, repelir com astúcia e violência a astúcia e a violência dos vossos adversários; vós sois, no entanto, *os mais fortes* desde o momento em que partis, no vosso pensamento fraco e aberto, de uma proposição fundamental universalmente válida para vós. Pela primeira e mais própria *força da humanidade*, pela *razão*, para e pela qual lutais contra a estupidez e a ignorância, teríeis de ter sido já desde muito tempo os mais fortes se não tivestes sido forçados a opor-se uns aos outros. Somente por vossa luta uns contra os outros, na qual um sempre demole o que o outro construiu, vós podeis e tendes de aniquilar vossa reputação e vossa influência. E esta luta, inútil desde que encontrado um primeiro princípio, tem de continuar eternamente, com todas as suas conseqüências infelizes, sem realizar o fim de toda luta racional, a *paz*, enquanto a primeira proposição fundamental do qual partis em vossas investigações não for justamente a coisa *única e comum a todos vós*, como a lei segundo a qual o *Deus* /372/ *em nós*, a *razão ativa*, determina o vosso querer e funda, apesar de toda diversidade dos modos de representação dos espíritos (*der Köpfe*), a bela concórdia dos corações, que assim tem de ser necessariamente conquistada, se bem que sua origem genuína não mais será um segredo para nenhum de *vós*.

*Tradução de Ricardo Barbosa*

UERJ